



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

ATA Nº. 12/2015

-----ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DESTA CÂMARA MUNICIPAL REALIZADA EM VINTE DE MAIO DO ANO DE DOIS MIL E QUINZE:-----

-----Aos vinte dias do mês de maio do ano de dois mil e quinze, pelas quinze horas, nesta Vila de Mortágua e no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, reuniu o Executivo deste Órgão, conforme o disposto no artigo 40º. da Lei número 75/2013, de doze de setembro, em reunião ordinária sob a presidência do Eng.º José Júlio Henriques Norte, Presidente da Câmara Municipal de Mortágua, eleito pelo PPD/PSD e com a presença dos Senhores Vereadores:-----

-----Eleitos pelo PPD/PSD: Dr. Paulo Alexandre de Oliveira, Dr.ª Emília Maria Almeida Santos Neves de Matos e Eng.º Serafim Paulo Melo de Oliveira.-----

-----Eleitos pelo PS: Dr. João Pedro de Almeida e Sousa Rodrigues da Fonseca, Dr. Acácio Fonseca Fernandes e Dr.ª Márcia Maria dos Santos Lopes.-----

-----A presente reunião foi, conforme despacho nº. 3/2013, de 25 outubro, secretariada pelo Chefe de Divisão de Administração Geral e Finanças, Dr. Ricardo Sérgio Pardal Marques.-----

-----Depois de declarada pelo Senhor Presidente aberta a reunião, foram tomadas as seguintes deliberações:-----

1.-APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR:-----

-----Tendo sido previamente distribuído por todos os membros de executivo o texto da ata da reunião ordinária realizada a 20/05/2015, aprovada por unanimidade em minuta e dispensada a sua leitura, a Câmara deliberou por unanimidade aprová-la.-----

2.-INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE:-----

-----O Senhor Presidente, nos termos do artº. 34.º da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, deu conhecimento das decisões tomadas no uso das competências que lhe foram delegadas e das subdelegadas nos Vereadores.-----

-----Informou ainda da publicação da seguinte legislação:-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----Decreto-Lei nº. 72/2015, de 11 de maio – Procede à terceira alteração ao Decreto-Lei nº. 7/203, de 15 de janeiro, que regulamenta os conselhos municipais de educação e aprova o processo de elaboração de carta educativa.-----

-----Decreto-Lei nº. 80/2015, de 14 de maio – Aprova a revisão do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, aprovado pelo Decreto-Lei nº.380/99, de 22 de setembro.-

-----O Senhor Presidente deu conhecimento do programa da EXPOMORTÁGUA'15 a realizar de 29 a 31 de maio de 2015, cujo orçamento total se estima em quarenta e seis mil duzentos e oitenta e cinco euros (46.285,00 €).-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

3.-RESUMO DIÁRIO DA TESOURARIA:------

-----Pelo Senhor Presidente foi presente para conhecimento o Resumo Diário da Tesouraria número 92, referente ao dia 19 de maio corrente, que depois de rubricado se dá aqui por integralmente reproduzido, ficando arquivado na tesouraria em pasta própria.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

4.-EXPEDIENTE:------

4.1.-ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MORTÁGUA:------

-----Pelo Senhor Presidente foram presentes officios referências 161 a 170 e 172, 175, datados 4 de maio corrente, da Assembleia Municipal de Mortágua, dando conhecimento que na sua 2ª.sessão ordinária realizada no pretérito dia 30 de abril deliberou: -----

-----Aprovou por maioria com 25 votos a favor, sendo 15 do Grupo do PS e 10 do Grupo do PPD/PSD e 2 abstenções do CDS_PP, os Documentos de Prestação de Contas (Balanço, Demonstração de Resultados, Mapas de Execução Orçamental, Anexos às Demonstrações Financeiras e Relatório de Gestão), relativos ao ano de 2014, bem como a aplicação de resultados.-----

-----Apreciou sem qualquer objecção o Inventário de Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

do Município e respetiva Avaliação.-----

-----Aprovou por maioria com 14 votos a favor, sendo 10 do Grupo do PPD/PSD e 4 de Presidentes de Junta de Freguesia do PS e 13 abstenções, sendo 11 do Grupo do PS e 2 do CDS-PP a Modificação por Revisão ao Orçamento Municipal para o ano de 2015 – 1ª. Revisão.-----

-----Aprovou por maioria com 19 votos a favor, sendo 10 do Grupo do PPD/PSD e 9 de Presidentes de Junta de Freguesia do PS e 8 abstenções, sendo 6 do Grupo do PS e 2 do CDS-PP Apreciação e votação da Modificação por Revisão às Opções do Plano para o ano de 2015 – 1ª. Revisão.-----

-----Tomou conhecimento da listagem de compromissos plurianuais assumidos no âmbito da autorização genérica aprovada pela Assembleia Municipal na sessão ordinária de 12/12/2014.--

-----Aprovou por maioria com 25 votos a favor, sendo por 10 do Grupo do PPD/PSD e 15 do Grupo do PS e 2 abstenções do CDS-PP a assunção do compromisso plurianual para adjudicação do Fornecimento Contínuo de Combustíveis (gasolina) através de Acordo Quadro da Agência Nacional de Compras Públicas.-----

-----Por escrutínio secreto aprovou por maioria com 25 votos a favor e 2 votos brancos a atribuição da Medalha de Ouro de Mérito Municipal às Empresas reconhecidas com o Prémio PME Líder e Excelência no ano de 2014: Socitop, Lda.; Pellets Power, Lda.; Welcare-PacKaging, Lda. -----

-----Aprovou por unanimidade a concessão da isenção de pagamento de taxa no valor de 1.154,16 € à Borpergás – Comércio e Distribuição de Gás, Lda. referente ao licenciamento do Procº. 01/2012/254, de construção de edifício sede da empresa, armazém e arrumos, sito em Vila Nova, Freguesia do Sobral.-----

-----Aprovou por unanimidade a concessão da isenção de pagamento à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Mortágua da taxa no valor de duzentos e



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

dezassete euros e vinte e oito cêntimos (217,28 €) de licenciamento processo nº.1/2014/294, de construção de muro junto ao seu edifício sede.-----

-----Aprovou por unanimidade a concessão da isenção de pagamento da taxa de licenciamento no valor de oitocentos e vinte e cinco euros e setenta e seis cêntimos (825,76 €), a Hugo Miguel de Almeida Gomes e referente ao processo nº.01/2014/91 Construção nova (habitação /anexos/muros de vedação), sita na Rua de São João, lote nº.24, na Gândara.-----

-----Aprovou por unanimidade a concessão da isenção de pagamento a Suse Catarina de Carvalho Pereira de taxa de no valor de mil cento e noventa e sete euros e oitenta e seis cêntimos (1.197,86 €) e TMU no valor de quinhentos e dez euros e sete cêntimos (510,07 €), referente ao processo nº. 01/2014/273, construção nova/habitação, sita Rua Vale da Fonte, Barril, União das Freguesias de Mortágua, Vale de Remígio Cortegaça e Almaça.-----

-----Aprovou por unanimidade retirar da Ordem de Trabalhos a Proposta de Isenção de Pagamento de Taxa de Ocupação de Via Pública para Baixadas Elétricas, por se concluir que a mesma carecia de enquadramento legal.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

4.2.-ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES:-----

-----Foi presente o correio eletrónico enviado em 29/04/2015 pela Associação Nacional de Municípios Portugueses e através do qual remete para conhecimento a informação vinculativa da Autoridade Tributária e Aduaneira relativa à qualificação jurídico-tributária dos serviços complementares aos tratamentos termais.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

4.3.-CÂMARA MUNICIPAL DE LOURES:-----

-----Foi presente o correio eletrónico enviado em 23/04/2015 pela Câmara Municipal de Loures através do qual remete a Moção –Proposta nº.178/2015 subordinada ao tema “Posição Conjunta de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo reunidas no dia 9 de abril de 2015, na



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

Marinha Grande, face à retirada de meios humanos pelo ISS, IP, das CPCJ”, aprovada na 37ª. Reunião Ordinária, da Câmara Municipal de Loures, realizada em 2015/04/15.-----

-----A Câmara depois de apreciado o assunto deliberou por unanimidade ser solidária com a posição e transmitir a mesma à Câmara Municipal de Loures.-----

5.-EDUCAÇÃO E JUVENTUDE:-----

5.1. ESTABELECIMENTOS DE ENSINO – AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE MORTÁGUA:-----

5.1.1. Educação Pré-Escolar – Anexo ao Acordo de Cooperação 2014/2015:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o anexo ao Acordo de Cooperação do Programa de Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré-Escolar celebrado com a Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares – Direção de Serviços da Região Centro, Instituto de Segurança Social, IP - Centro Distrital de Viseu e o Município de Mortágua, para o ano letivo de 2014/2015, e que irá comparticipar o desenvolvimento dos serviços de apoio à família (fornecimento de refeição e prolongamento de horário) das 138 crianças que frequentem a Rede Pública da Educação Pré-Escolar.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

5.2.-JUVENTUDE:-----

5.2.1.-Apoio Natalidade e Famílias – Ratificação de processos:-----

-----Para efeitos de conhecimento e ratificação pelo Senhor Presidente foram presentes os processos de candidatura nº. 15,17,20 e 21 de 2015 para atribuição do Incentivo à Natalidade e Apoio às Família no Concelho de Mortágua que entrou nos serviços e que deferiu nos termos do nº.1 do artigo 6º. do Regulamento de Incentivo à Natalidade e Apoio às Família no Concelho de Mortágua.-----

-----A Câmara por unanimidade ratificou a decisão tomada pelo Senhor Presidente.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

5.2.2.-JEF 2015 – Jovens Estudantes em Férias:-----

-----No âmbito do desenvolvimento das ações previstas nas Grandes Opções do Plano do corrente ano, pelo Senhor Presidente foi presente o aviso do Programa Municipal de Ocupação de Tempos Livres - Jovens Estudantes em Férias - JEF'2015.-----

-----Este Programa destina-se a jovens com idades compreendidas entre os 14 e os 19 anos num horizonte de 100 jovens que serão repartidos em 5 grupos. As inscrições iniciar-se-ão a 1 e terminarão a 23 de Junho.-----

-----Posto o assunto à consideração da Câmara, foi deliberado, por unanimidade, aprovar o aviso de abertura do referido Programa.-----

-----Mais foi deliberado, por unanimidade, delegar no Senhor Presidente a seleção dos Jovens e proceder à respetiva publicidade das listas dos grupos.-----

5.3.-ENSINO PROFISSIONAL – Escola Profissional da Mealhada:-----

5.3.1.-Emissão de Parecer sobre Novos Cursos:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o e-mail enviados a 29 de abril findo pela Escola Profissional Vasconcellos Lebre da Mealhada, solicitando a emissão de parecer sobre a criação do da sua importância em termos de oferta formativa, para instrução do pedido a abertura de cursos profissionais de nível IV e de cursos vocacionais de nível básico que aquela escola pretende candidatar-se no próximo ano letivo:-----

-----Curso Técnico de Eletrónica, Automação e Comando;-----

-----Curso Técnico de Restauração Variantes Cozinha/Pastelaria e Mesa/Bar;-----

----- Curso Técnico de Design Gráfico;-----

----- Curso Técnico de Gestão.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade emitir parecer favorável aos cursos de Técnico de Design Gráfico e de Técnico de Gestão, e emitir parecer



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

desfavorável aos cursos de Técnico de Eletrónica, Automação e Comando e de Técnico de Restauração Variantes Cozinha/Pastelaria e Mesa/Bar.-----

6.-CULTURA DESPORTO E TEMPOS LIVRES:-----

6.1.-ASSOCIATIVISMO – Investimentos das Associações Culturais Desportivas e Recreativo:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente no âmbito do Regulamento de Atribuição de Apoios a Entidades Terceiras o processo contendo as candidaturas que entraram na Câmara das Entidades que se candidataram com os respetivos projetos e pedidos, propondo que nesta fase se analisassem as candidaturas do Teatro Experimental de Mortágua (TEM), do Centro Cultural e Recreativo da Marmeleira, do Grupo Associativo Académico de Vila Moinhos e do Rancho Cultural e Etnográfico “Os Irmânicos” da Marmeleira por se tratarem de investimentos já realizados e/ou em curso.-----

-----Propôs a atribuição de um apoio global de cento e três mil euros a distribuir da seguinte forma:-----

----- Teatro Experimental de Mortágua (TEM) – dez mil euros, sendo sete mil e quinhentos euros para investimentos, nomeadamente aquisição de equipamento e dois mil e quinhentos para apoio ao desenvolvimento da sua atividade regular.-----

-----Centro Cultural e Recreativo da Marmeleira- vinte e três mil euros (23.000,00 €) para apoio às obras de ampliação e alteração do seu edifício sede.-----

-----Grupo Associativo Académico de Vila Moinhos – trinta mil euros (30.000,00 €) para a execução de investimentos nomeadamente a execução de obras de melhoramentos nas suas infraestruturas, Edifício Sede e Pavilhão, bem como nas respetivas acessibilidades.-----

-----Rancho Cultural e Etnográfico “Os Irmânicos” da Marmeleira – quarenta mil euros (40.000,00 €) para apoio às obras de construção do seu Espaço Museológico.-----

-----As verbas propostas serão atribuídas no âmbito do Regulamento de Atribuição de Apoios/



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

a Entidades Terceiras e publicado no Diário da República com o nº. 365/2014 e objeto de celebração de protocolos nos termos do mesmo.-----

-----Por informação da contabilidade existem fundos disponíveis para assunção da despesa que se encontra inscrita nas Opções do Plano no Projeto 2015/5027 “Atividades Culturais, Desportivas e Recreativas” e Projeto 2015/5029 “Investimentos das Associações Culturais, Desportivas e Recreativas” dotados respetivamente com financiamento definido de quarenta e dois mil quinhentos e vinte e sete euros e oitenta e oito cêntimos (42.527,88 €) e de cento e cinquenta e seis mil oitocentos e quarenta e seis euros e onze cêntimos (156.846,11 €) e tem cabimento no orçamento municipal nas rubricas 040701 – *Instituições sem fins lucrativos*, (despesas correntes) e 080701 *Instituições sem fins lucrativos*, (despesas de capital) respetivamente com um saldo de duzentos e sessenta e três mil novecentos e noventa e cinco euros e vinte e um cêntimos (263.995,21€) e de duzentos e sete mil trezentos e quarenta e seis euros e onze cêntimos (207.346,11€).-----

-----A Câmara deliberou por unanimidade aprovar a proposta do Senhor Presidente.-----

7.-ACÇÃO SOCIAL:-----

7.1.-INSTITUIÇÕES DE SOLIDARIEDADE SOCIAL:-----

7.1.1.-Santa Casa da Misericórdia de Mortágua – Relatório e Contas do Exercício de 2014:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o ofício referência 81/15, de 20/04/2015, da Santa Casa da Misericórdia de Mortágua remeter o Relatório e Contas da Gerência de 2014 e Parecer do Conselho Fiscal.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

8.-PROTEÇÃO CIVIL:-----

8.1.-PROTEÇÃO E VALORIZAÇÃO DA MANCHA FLORESTAL:-----

8.1.1.-EMIÇÃO DE PARECER REFERENTE À AUTORIZAÇÃO PARA AÇÕES DE (RE)ARBORIZAÇÃO:-----

8.1.1.1.-De Aires Rodrigues de Matos:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente ofício ref^a. 21252/2015/DCNF-C/DLAP, datado de 10/04/2015, do ICNF - Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas a solicitar, nos termos do nº.1 do artigo 9º. do Decreto-Lei nº. 96/2013, de 19 de julho, a emissão do parecer desta Câmara sobre o pedido de autorização para ações de (re)arborização de Aires Rodrigues de Matos, tendo o Técnico do Gabinete Técnico Florestal emitido, em 29/04/2015, o seguinte parecer:-----

-----“Na sequência do despacho do Exmº. Senhor Presidente da Câmara Municipal, José Júlio Henriques Norte, e no seguimento do requerimento apresentado pelo ICNF, no âmbito da autorização prévia para ações de rearborização de Aires Rodrigues de Matos com o registo nº.8090 do RJAAR.-----

-----Para efetuar ações de rearborização nos prédios a seguir identificados:-----

-----Freguesia: Pala.Localização: Malhadinha Mourinho e Cécia.-----

-----Artigos de Matriz: 5604,5232 e 5724.-----

-----Área Total: 9,93ha.-----

-----De acordo com as plantas de localização apresentadas, após análise e enquadramento da área em PDM eficaz, verifica-se que o projeto se insere parcialmente em “espaço natural” afeito à REN (Reserva Ecológica Nacional) (áreas de elevado risco de erosão hídrica do solo). Este enquadramento e condicionantes estão integral e corretamente identificados no projeto apresentado pelo requerente.-----

-----Quanto ao enquadramento no Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

Mortágua, verifica-se que estão bem definida, bem localizadas e com intervenção adequada, na proposta de projeto apresentado, as Faixas de Gestão de Combustíveis da Rede Secundária nas parcelas que confrontam com Rede Viária Florestal.-----

-----Tratando-se de uma reflorestação com eucaliptos, não se verifica alteração do coberto existente, a espécie é coincidente com as condições edafoclimáticas da estação.-----

-----As medidas propostas para proteção de solos e controlo de erosão são adequadas para o local, não havendo inconveniente na realização da ação, para a área em questão.-----

-----As ações propostas pelo requerente, para a Defesa da Floresta Contra Incêndios, são adequadas e seguem os objetivos e os critérios definidos para a zona em termos de planeamento Municipal de DFCI.-----

-----Em conclusão, cumpridas todas as normas e condicionalismos legais, nada há a opor ao projeto apresentado.”-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou, por unanimidade emitir parecer favorável tendo por base o parecer emitido pelo Técnico do Gabinete Técnico Florestal.-----

8.1.1.2.-Da REN – Rede Elétrica Nacional S.A.:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente ofício ref.º 21104/2015/DCNF-C/DLAP, datado de 10/04/2015, do ICNF - Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas a solicitar, nos termos do nº.1 do artigo 9º. do Decreto-Lei nº. 96/2013, de 19 de julho, a emissão do parecer desta Câmara sobre o pedido de autorização para ações de (re)arborização de REN __ Rede Elétrica Nacional, SA, tendo o Técnico do Gabinete Técnico Florestal emitido, em 29/04/2015, o seguinte parecer:-----

-----“Na sequência do despacho do Exmº. Senhor Presidente da Câmara Municipal, José Júlio Henriques Norte, e no seguimento do requerimento apresentado pelo ICNF, no âmbito da autorização prévia para ações de rearborização de REN – Rede Elétrica Municipal com o registo nº.7810 do RJAAR.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----Para efetuar ações de rearborização nos prédios a seguir identificados:-----

-----Freguesia: União das Freguesias de Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça.-----

-----Localização: Faixa da servidão/proteção da linha aérea 220 KV, Ramal da Pereiros. Tábua 1 para Mortágua/Ramal Águeira Pereiros 2 Mortágua .-----

-----Artigos de Matriz: vários.-----

-----Área Total: 18,28 há.-----

-----De acordo com as plantas de localização apresentadas, após análise e enquadramento da área em PDM eficaz, verifica-se que o projeto se insere parcialmente na área do Plano de Ordenamento da Albufeira da Agueira (POAA). Este enquadramento e condicionantes estão integral e corretamente identificados no projeto apresentado pelo requerente.-----

-----Quanto ao enquadramento no Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Mortágua, a área confronta com a Rede Viária de Segunda Ordem, para onde estão definidas Faixas de Gestão de Combustíveis da Rede Secundária, previstas no nº. 1 do artigo 15º. Do Decreto – Lei nº.17/2009, de 14 de janeiro. Estas Faixas de Gestão de combustível, estão perfeitamente definidas, bem como localizadas e com intervenção adequada, na proposta de projeto apresentada pelo requerente.-----

-----As operações previstas para reflorestação, propostas no projeto são tecnicamente adequadas, não induzem aumento do risco de incêndio.-----

-----Tratando-se de uma reconversão de áreas da Faixa de Gestão de Combustíveis, de proteção à linha, a reflorestação com pinheiro manso e sobreiro com os compassos propostos, não colocam em causa os objetivos desta faixa.-----

-----As medidas propostas para proteção de solos e controlo de erosão são adequadas para o local, não havendo inconveniente na realização da ação.-----

-----As ações propostas pelo requerente, para a Defesa da Floresta Contra Incêndios, são adequadas e seguem os objetivos e os critérios definidos para a zona em termos de



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

planeamento Municipal de DFCI.-----

-----Em conclusão, cumpridas todas as normas e condicionalismos legais, nada há a opor ao projeto apresentado.”-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou, por unanimidade emitir parecer favorável tendo por base o parecer emitido pelo Técnico do Gabinete Técnico Florestal.-----

8.1.1.3.-De Albino Ferreira Jorge:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente ofício refª. 19934/2015/DCNF-C/DLAP, datado de 06/04/2015, do ICNF - Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas a solicitar, nos termos do nº.1 do artigo 9º. do Decreto-Lei nº. 96/2013, de 19 de julho, a emissão do parecer desta Câmara sobre o pedido de autorização para ações de (re)arborização de Albino Ferreira Jorge, tendo o Técnico do Gabinete Técnico Florestal emitido, em 29/04/2015, o seguinte parecer:-----

-----“Na sequência do despacho do Exmº. Senhor Presidente da Câmara Municipal, José Júlio Henriques Norte, e no seguimento do requerimento apresentado pelo ICNF, no âmbito da autorização prévia para ações de rearborização de Albino Ferreira Jorge com o registo nº.19934 do RJAAR.-----

-----Para efetuar ações de rearborização nos prédios a seguir identificados:-----

-----Freguesia: União das Freguesias de Mortágua, Vale de remígio, Cortegaça e Almaça.-----

-----Localização: Vale de Remígio (Quinta).-----

-----Artigos de Matriz: 16240.-----

-----Área Total: 8,01 ha-----

-----De acordo com as plantas de localização apresentadas, após análise e enquadramento da área em PDM eficaz, verifica-se que o projeto se insere parcialmente em “espaço natural” afeito à REN (Reserva Ecológica Nacional) (áreas de elevado risco de erosão hídrico do solo). Este enquadramento e condicionantes estão integral e corretamente identificados no projeto/



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

apresentado pelo requerente.-----

-----Quanto ao enquadramento no Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Mortágua.-----

-----Tratando-se de uma reflorestação com eucaliptos numa área contígua ao Loteamento com Alvará nº.03/95, e estando a área enquadrada com o aglomerado urbano, o meu parecer é favorável, desde que a florestação seja condicionada à instalação de uma faixa de gestão de combustíveis, no âmbito da defesa de pessoas e bens com os seguintes requisitos:-----

-----O projeto de reflorestação bem como o plano de gestão florestal, têm que salvaguardar a implantação e manutenção de uma faixa de gestão de combustíveis envolvente ao aglomerado, com uma largura não inferior a 100 metros conforme o nº.8 do artigo 15º. do Decreto-Lei nº. 124/2006, de 28 de Junho, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº. 17/2009, de 14 de Janeiro.-----

-----Na faixa de 100 metros está incluída uma faixa de proteção de 50 metros às edificações admitindo-se aí, a florestação com outras espécies folhosas de folha caduca até ao limite da rede viária existente. Nesta faixa de 50 m têm que ser garantidos os critérios de gestão de combustíveis definidos no do Decreto-Lei nº. 124/2006, de 28 de Junho, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº. 17/2009, de 14 de Janeiro.-----

-----Em conclusão, cumpridas todas as normas e condicionalismos legais, nada há a opor ao projeto apresentado.”-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou, por unanimidade emitir parecer favorável tendo por base o parecer emitido pelo Técnico do Gabinete Técnico Florestal.-----

9.-DEFESA DO MEIO AMBIENTE:-----

9.1.PARQUES E ÁREAS AJARDINADAS:-----

9.1.1.-Parque Urbano das Nogueiras – Aquisição de parcela de terreno:-----

-----O Senhor Presidente foi presente a informação do Chefe de Divisão de Conservação do



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

Território e Serviços Urbanos datada de 18/05/2015, que se transcreve:-----

-----“ Assunto: Terreno em Mortágua – avaliação.-----

-----Como é do conhecimento de V. Ex^a. o Parque Urbano da Quinta das Nogueiras, encontra-se concluído, sendo, atualmente, um dos pontos na Vila com maior afluência de pessoas para lazer e, sobretudo, recreio infantil.-----

-----A dimensão do Parque /cerca de 5800 m²) e as árvores que se plantaram recentemente e, como é lógico, ainda não produzem sombra que permita a utilização desta infraestrutura por todas as camadas etárias da população, aconselham a que se adquira uma parcela de terreno contígua com árvores de maior porte e que permita o acesso à linha de água (Ribeira da Fraga).-----

-----Existe um terreno com a área de 3303,12 m², com árvores de grande e médio porte (freixos e salgueiros), que produzem sombra num espaço agradável junto à Ribeira da Fraga, em que o proprietário (Sr. Paulo Manuel Conde de Matos) se dispõe a ceder ao domínio privado da autarquia mediante o pagamento de um valor “justo”.-----

-----Em termos do PDM de Mortágua a área de terreno encontra-se localizada em toda a sua extensão em “espaço agrícola” pertencente à RAN (Reserva Agrícola Nacional) e natural, pertencente à REN (Reserva Ecológica Nacional), pelo que nos termos do artº.21º. do DL 73/2009, de 31 de Março é interdita a construção, excepto em casos muito específicos de construção de habitação ou armazéns de apoio à atividade agrícola, no caso da RAN.-----

-----O terreno em questão é composto por solo agrícola com boa capacidade produtiva, não de regadio. O valor no mercado local para terrenos com características semelhantes ronda os 4€/m².-----

-----As árvores existentes, atendendo ao seu valor de mercado é de cerca de 5.000 euros.-----

-----O valor total do terreno seria, assim de $(3303,12 \times 4€) + 5000 = 18.212,48$ euros.”-----

-----A Câmara depois de apreciado o assunto deliberou por unanimidade delegar no Senhor



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

Presidente a negociação do terreno.-----

10.-ADMINISTRAÇÃO:-----

10.1.-PEDIDO DE CEDÊNCIA DO AGRUPAMENTO DE ESCUTEIROS DE MORTÁGUA PARA A CEDÊNCIA DE UTILIZAÇÃO DO EDIFÍCIO DA EX-PRÉ-ESCOLA DA GÂNDARA:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a carta datada de 9/03/2015 do Agrupamento de Escuteiros de Mortágua, informando que atualmente tem 113 elementos no seu efetivo, distribuídos por quatro seções: Lobitos, Exploradores, Pioneiros e Caminheiros, contando, ainda, com as Equipas de Animação Constituídas por Dirigentes e Candidatos a Dirigentes.-----

-----Atualmente a sua sede é a Escola do 1º. Ciclo da Gândara cedida, através de Protocolo pela Câmara Municipal, na qual desenvolvem atividades semanais e onde depositam todo o seu material e equipamento.-----

-----À medida que aquele agrupamento tem crescido, assim como o material e equipamento de que necessitam, aquele espaço tem-se revelado exíguo face às suas necessidades.-----

-----Nesse sentido solicita a possibilidade de complementarmente lhes ser cedido o edifício do Ensino Pré-Escolar da Gandarada, situado junto à sua atual sala de modo a poderem realizar as suas atividades num espaço mais adequado e com as condições adaptadas ao trabalho que desenvolvem com crianças e jovens.-----

-----No seguimento deste pedido verifica-se que o edifício municipal da inativa Pré-Primária da Gândara, sito na Rua da Cabeça Redonda, nº.2 foi cedida a sua utilização à Associação de Pais e Encarregados de Educação através de Protocolo celebrado em 18/08/2011 em cumprimento à deliberação aprovada na Reunião de Câmara de 2/03/2011.-----

-----Este ponto da Ordem de Trabalhos não foi objeto de decisão pelo motivo de carecer de melhor instrução para posterior deliberação.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

10.2.-PEDIDO DE CEDÊNCIA DO ÓRFEÃO POLIFÓNICO DE MORTÁGUA DE ESPAÇO (SALA) NO EDÍFICIO DA EX-ESCOLA PRIMÁRIA DE MORTÁGUA:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a carta datada de 27/02/2015, do Órfeão Polifónico de Mortágua a dar conhecimento que sede social de que atualmente dispõe atualmente é uma sala (rés do chão esquerdo) da antiga Escola Primária de Mortágua cedida pela Câmara Municipal através de Protocolo celebrado em 6/06/2012.-----

-----No entanto aquele espaço é bastante exíguo uma vez que para além de ser sala de ensaios é também espaço destinado às reuniões da Direção, arquivo administrativo e onde também estão guardados os muitos troféus que foram atribuídos ao longo de 26 anos de atividade.-----

-----Assim, solicita a cedência de utilização da sala do 1º. Andar (esquerdo) do referido edifício por forma a poderem aí instalar o espaço de reuniões, arquivo e exposição de troféus.-----

-----Este ponto da Ordem de Trabalhos não foi objeto de decisão pelo motivo de carecer de melhor instrução para posterior deliberação.-----

10.3.-PROCESSO Nº.245/15.BEVIS (PROVIDENCIA CAUTELAR), TRIBUNAL ADMINISTRATIVO E FISCAL DE VISEU EM QUE É AUTORA TELMA ALMEIDA MARQUES DOS REIS E RÉU MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E MAR CONTRA INTERESSADO A CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o ofício refº. 004410899, datado de 30/04/2015, do Tribunal Administrativo e Fiscal de Viseu através do qual notifica o Município sobre a decisão proferida nos autos do processo supra mencionado e em que Telma Almeida Marques dos Reis, veio apresentar Providência Cautelar contra Ministério da Agricultura e do Mar, indicando como contra interessado a Câmara Municipal de Mortágua.-----

-----Nessa Providência cautelar, a requerente pediu a suspensão da eficácia do ato administrativo proferido pelo Diretor Regional Adjunto de Agricultura e Pescas do Centro, que ordenou a demolição da habitação, a demolição de muros de vedação e suporte, a



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

escavação dos alicerces dos muros e habitação, a escavação do aterro existente na frente da habitação até à cota natural do terreno, o carregamento e transporte dos materiais resultantes da escavação e da demolição do vazadouro autorizado, com fundamento em vício de violação da lei nomeadamente o disposto no DL n.º 73/2009, e 31 de Março bem como do Princípio da Proporcionalidade nos termos do artigo 18.º N.º 2 da Constituição da República Portuguesa.---

-----A Decisão agora notificada pelo Tribunal é a seguinte:-----

-----“Pelo exposto, julga-se a presente providência cautelar de suspensão de eficácia procedente, por provada e, em consequência, suspende-se a eficácia do acto administrativo no Despacho exarado pelo Exm.º Senhor Diretor Regional de Agricultura e Pescas, que ordena a demolição da habitação, a demolição dos muros de vedação e suporte, a escavação do aterro existente na frente da habitação até à cota natural do terreno, o carregamento e transporte de materiais resultantes da escavação e da demolição para vazadouros autorizado”.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

11.-LOTEAMENTOS E OBRAS PARTICULARES:-----

11.1. -PROC.º N.º 01/2014/17, CONSTRUÇÃO DE POSTO DE ABASTECIMENTO DE COMBUSTÍVEL SITO NO PARQUE INDUSTRIAL MANUEL LOURENÇO FERREIRA – VISTORIA FINAL:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o processo n.º 01/2014/17, req.º 711/2014, da Socitop, Unipessoal, Lda. para licenciamento de instalação para armazenagem de combustíveis – consumo próprio classe A1 – 3 reservatórios (10.000l) – gasóleo, no Parque Industrial Lourenço Ferreira, em Mortágua, acompanhado do Parecer Técnico do Chefe de Divisão do Planeamento e Administração do Território, datado de 24/03/2015, que seguir se transcreve:--

-----“A análise do processo e ainda as informações:-----

-----. Dos Serviços Administrativos Municipais (fl. 99).-----

-----. Dos Serviços de Fiscalização Municipal (fl. 110).-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----Verificam que:-----

-----. Em termos de RJUE, a obra foi concluída, configurando o constante do DL nº. 555/99, alterado e republicado com as normas legais do RJUE e RMUET.-----

-----. Está em conformidade com as normas legais do RJUE e RMUET.-----

-----. Não colide com servidões administrativas ou restrições de utilidade pública.-----

-----. Não colide com outras normas legais e regulamentares relativas ao aspeto exterior e inserção urbana e paisagística das edificações.-----

-----Com vista à realização da “vistoria final” prevista no nº.6 do artigo 12 do DL nº.217/2012, necessária para “emissão da licença de exploração”, sou de parecer que esta deve ser convocada pela Câmara Municipal, solicitando ainda a comparência da:-----

-----. Comissão de Vistorias do Município (com inclusão do Comandante Operacional da proteção Civil Municipal)-----

-----. EIC – Entidade Inspectora de Instalações de Combustíveis derivados de petróleo (ITG – Instituto Tecnológico do gás).-----

-----. Director Técnico da Obra (Engº. Victor Nunes de Almeida).-----

-----Notas prévias:-----

-----. O requerente deve identificar da Entidade Exploradora das Instalações, reconhecida pela DGEG-----

-----. Deve ser previamente liquidada a taxa devida pela vistoria final num prazo de 10 dias a contar da data em que é requerida a vistoria.-----

-----A vistoria será convocada num prazo de 20 dias a contar deste pagamento.-----

-----. Este tipo de instalação ficará sujeita a inspeções periódicas (artº. 19º. do DL 217/2012)..-

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade que deve proceder – se à realização da vitoria final sendo a respetiva comissão constituída por:-----

-----Engº. Arnaldo Duarte Araújo Borges Ferreira – Chefe de Divisão; Engº. Albano Tomás da



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

Fonseca Duarte, Chefe de Divisão; Fiscal Municipal adstrito à zona de fiscalização respetiva; Engº. Luis Filipe Martins Rodrigues, Comandante Operacional Municipal; EIC – Entidade Inspectora de Instalações de Combustíveis derivados de petróleo (ITG – Instituto Tecnológico do gás); Director Técnico da Obra (Engº. Victor Nunes de Almeida).-----

11.1.-ISENÇÃO DE PAGAMENTO DE TAXAS DO PROCº. Nº. 01/2015/236 (alínea b), nº.1, artº.29º. RMUET) – CONSTRUÇÃO DE ADEGA DA SOCIEDADE AGRÍCOLA BOAS QUINTAS, LDª.-----

-----Foi presente o requerimento nº. 01/215/288 da Sociedade Agrícola Boas Quintas, Ldª. com o número de identificação Fiscal 503064327, com sede na Rua Dr. João Lopes de Moraes, nº.4, em Mortágua, registo sob o nº. 285/2014 a requerer a isenção de pagamento da taxa de licenciamento no valor de três mil seiscentos e trinta euros e oitenta centimos (3.630,80 €) e de seis mil quinhentos e três euros e oitenta e cinco centimos (6.503,85 €) de TMU referente ao Procº. 01/2015/236 de construção de adega industrial, sita nas Rigueiras.-----

-----Conforme o previsto na alínea b) do número 1 do artigo 29º. do Regulamento Municipal de Urbanização, Edificação e Taxas a Câmara Municipal pode conceder a isenção de pagamento de taxas a “Às empresas que criem no mínimo 5 postos de trabalho.”-----

-----A informação dos serviços constante no processo considera que a petição reúne condições para ser apreciada em reunião de Câmara.-----

-----Porém, com a entrada em vigor da Lei nº.73/2013 de 3 de setembro, a competência para a concessão de tais isenções ou reduções passou para a Assembleia Municipal, quando propostas pela Câmara Municipal, conforme o preceituado no nº.2 do artº. 16º. daquele diploma.-----

-----Assim , a Câmara deliberou por unanimidade solicitar à Assembleia Municipal a concessão à Sociedade Agrícola Boas Quintas, Ldª da isenção de pagamento de taxa de licenciamento no valor de três mil seiscentos e trinta euros e oitenta centimos (3.630,80 €) e de seis mil quinhentos e três euros e oitenta e cinco centimos (6.503,85 €) de TMU referente



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

ao Procº. 01/2014/236 de construção de adega industrial, sita nas Rigueiras.-----

11.2. ISENÇÃO DE PAGAMENTO DE TAXAS DO PROCº. Nº. 01/2013/97 (alínea b), nº.1, artº.29º. RMUET) – CONSTRUÇÃO NOVA (MURO) DA DMCAR – MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE VEÍCULOS, Ldª.:-----

-----Foi presente o requerimento da DMCAR – Manutenção e Reparação de Veículos, Ldª. com o número de identificação Fiscal 507599721, com sede na Estrada EN 334-1, Vale da Mata, Vale de Carneiro, Espinho, registado sob o nº. 276/2015 a requerer a isenção de pagamento da taxa de licenciamento no valor de duzentos e trinta e seis mil e cinquenta e quatro euros (236,54 €) e referente ao Procº. 01/2013/97 de construção de muro de vedação no seu edifício sede.-----

-----Conforme o previsto na alínea b) do número 1 do artigo 29º. do Regulamento Municipal de Urbanização, Edificação e Taxas a Câmara Municipal pode conceder a isenção de pagamento de taxas a “Às empresas que criem no mínimo 5 postos de trabalho.”-----

-----A informação dos serviços constante no processo considera que a petição reúne condições para ser apreciada em reunião de Câmara.-----

-----O processo de construção de muro da DMCAR – Manutenção e Reparação de Veículos, Ldª. é apresentado no seguimento do processo nº. 01/2014/68 de Ampliação Oficina Reparação e Manutenção de Veículos automóveis que se encontra deferido, e que se reporta a novo licenciamento do procº. de obras 01/2013/37, que inclusivamente foi objeto de isenção de pagamento de taxas na Reunião de Câmara de 28/05/2013 .-----

-----Com a entrada em vigor da Lei nº.73/2013 de 3 de setembro, a competência para a concessão de tais isenções ou reduções passou para a Assembleia Municipal, quando propostas pela Câmara Municipal, conforme o preceituado no nº.2 do artº. 16º. daquele diploma.-----

-----Assim , a Câmara deliberou por unanimidade solicitar à Assembleia Municipal a concessão à DMCAR – Manutenção e Reparação de Veículos, Ldª. licenciamento no valor de



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

duzentos e trinta e seis euros e cinquenta e quatro cêntimos (236,54 €) referente ao Procº. 01/2013/97 de construção de muro de vedação no seu edifício sede.-----

11.3.-CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE/ AMPLIAÇÃO DE COMPARTES:-

11.3.1. Procº. nº. 10/2015/19:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o processo nº. 10/2015/19, reqº. 10/2015/255, em nome de Maria da Luz Pereira Gomes, residente na Av. Elisio de Moura, Bloco 4, 5º. C, Coimbra a requerer, na qualidade de proprietária do prédio sito no lugar de Vale de Pevide, freguesia de Pala, Concelho de Mortágua, não descrito na Conservatória do Registo Predial de Mortágua e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo nº.1715 com a área 2,106500 há a emissão do parecer nos termos do número 1, do artigo 54º., da Lei número 64/2003, de vinte e três de agosto, para constituição de compropriedade ou ampliação do número de compartes do mesmo para efeitos de registo de escritura pública de compra e venda a favor de António Duarte Martins (1/2) e de Heleno Ferreira de Matos (1/2).-----

-----A Câmara depois de apreciado o assunto deliberou por unanimidade emitir parecer favorável à constituição de compropriedade ou ampliação do número de compartes.-----

11.3.2. Procº. Nº. 10/2015/20:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o processo nº. 10/2015/20, reqº. 10/2015/261, em nome de Licinia Ferreira Pardal Marques, residente na Rua Dr. João Pais Carvalho Mamede, vale de Açores, Mortágua, a requerer na qualidade de cabeça de casal por óbito da herança de Abilio Ferreira Pardal proprietário do prédio sito no lugar de Salgueiral, União das Freguesias de Mortágua, Vale de Remigio, Cortegaça e Almaça, não descrito na Conservatória do Registo Predial de Mortágua e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo nº.4439, com a área 0,438000ha, a emissão do parecer nos termos do número 1, do artigo 54º., da Lei número 64/2003, de vinte e três de agosto, para constituição de compropriedade ou ampliação do



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

número de compartes do mesmo para efeitos de registo de escritura pública de partilha a favor de Licinia Ferreira Pardal e Joaquim Ferreira Pardal.-----

-----A Câmara depois de apreciado o assunto deliberou por unanimidade emitir parecer favorável à constituição de compropriedade ou ampliação do número de compartes.-----

11.3.3. Procº. Nº. 10/2015/21:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o processo nº. 10/2015/21, reqº. 10/2015/269, em nome de Augusto Gomes, residente na Rua Vale de Seloas, nº.2, Pala, a requerer na qualidade de proprietário do prédio sito no lugar de Marreca, Freguesia de Pala, não descrito na Conservatória do Registo Predial de Mortágua e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo nº.9416, com a área 3320 m2, a emissão do parecer nos termos do número 1, do artigo 54º., da Lei número 64/2003, de vinte e três de agosto, para constituição de compropriedade ou ampliação do número de compartes do mesmo para efeitos de registo de escritura pública de doação a favor de Donaldo Pereira Gomes e Maria da Luz Pereira Gomes.-----

-----A Câmara depois de apreciado o assunto deliberou por unanimidade emitir parecer favorável à constituição de compropriedade ou ampliação do número de compartes.-----

11.4. EDIFICAÇÕES EM RUINAS – Procº. Nº. 08/2015/01 sito na Rua de Santa Luzia, no Freixo:-----

-----O Senhor Presidente informou que no seguimento da notificação feita através do ofício refº. 867, de 08/04/2015, a Maria Olinda Gonçalves Barbosa do projeto de decisão tomada na reunião ordinária da Câmara de 01/04/2015, relativa ao processo 08/2015/01 de edificação em mau estado de conservação sito na Rua Santa Luzia, no Freixo, União de Freguesias de Mortágua Vale de Remígio Cortegaça e Alმაça, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 122º. do Código do Procedimento Administrativo, tendo aquela proprietária vindo através de carta rececionada nos serviços em 27/04/2015 pronunciar-se sobre o assunto alegando que:-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

----- Não pretende proceder à demolição do edifício, referente ao processo nº.08/2015/01, sita na Rua da Santa Luzia, no lugar do Freixo, mas sim proceder à sua recuperação.-----

-----Para o efeito os trabalhos que pretende efetuar o mais breve possível são:-----

-----Intervenção na cobertura, com substituição de madeiras e telhas, incluindo cimalkas e colocação de caleiras;-----

----- Recuperação de pavimentos e tetos;-----

-----Substituição dos vãos exteriores;-----

-----Rebocos e massas finas.-----

-----A Câmara depois de apreciado o assunto e atendendo à proposta da recuperação total apresentada pela munícipe contraria a deliberação tomada na Reunião de Câmara de 01/04/2015 que teve por base o Auto de Vistoria e suas conclusões deliberou por unanimidade remeter o processo aos Serviços Técnicos para apreciação e informação fundamentada para posterior deliberação em Reunião de Câmara.-----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO:-----

-----Não se registou a presença de qualquer Munícipe.-----

-----E, nada mais havendo a tratar, foi pelo Senhor Presidente declarada encerrada a reunião pelas dezanove horas.-----

-----Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata que vai ser assinada por mim

Rosa M. D. M.

Secretário do Órgão

e pelo Senhor Presidente.-----

[Signature]